

Introdução

O objetivo aqui é apresentar alguns conceitos básicos da sociologia, partindo, para isso, de situações sociais cotidianas.

Uma eleição, uma escola e uma greve são tomadas como exemplos de situações nas quais as ações de indivíduos e de grupos de indivíduos só podem ser compreendidas nas suas inter-relações recíprocas. Ou seja, essas ações, presentes no cotidiano da vida em sociedade, não dizem respeito apenas à ação individual, mas também à ação social e, por isso, são o objeto de estudo da sociologia.

Assim, as principais teorias sociológicas clássicas estarão interessadas principalmente no problema da relação entre indivíduo e sociedade. Os conceitos de Durkheim (fato social), Weber (ação social) e Marx (classe social) são apresentados como tentativas de explicação dessa relação.

Em seguida, a discussão se dirige para a relação entre a vida do indivíduo, sua biografia, e a sociedade mais ampla na qual está inserido, mostrando-se que as biografias individuais só podem ser compreendidas quando situadas no contexto histórico mais amplo.

Capítulo 1

Sociologia e sociedade

A sociologia e o cotidiano

Imaginemos algumas situações que qualquer indivíduo enfrenta no dia-a-dia de uma sociedade moderna.

Primeira situação: uma eleição para prefeito da cidade. Nela, o eleitor deve votar em alguém que será seu representante por vários anos. Como ele define seu voto? Em quem o eleitor irá depositar sua confiança para representá-lo no governo da cidade?

Provavelmente, ele definirá seu voto conversando com outras pessoas, lendo jornais, revistas, pesquisas de opinião, vendo TV, etc. A partir das pesquisas eleitorais, poderá chegar à conclusão de que o candidato mais indicado nas pesquisas deve ter seu voto, pois, se muitas pessoas confiam nele, é sinal de que deve ter algumas qualidades importantes para o cargo. Poderá, ao contrário, chegar a votar num candidato menos cotado nas pesquisas porque certas pessoas que considera bem informadas em política disseram que se trata de um bom candidato. De qualquer maneira, é quase certo que o eleitor definirá em quem votar tomando como base, e muito, o comportamento e a opinião dos demais eleitores.

Vejamos a segunda situação. Um aluno está cursando uma escola — uma universidade, por exemplo. Após alguns anos, ele termina o curso. O que aconteceu durante esse tempo? Ele terá mudado. Não apenas adquiriu novos conhecimentos, novas experiências, como também, ao final do curso, passa a ser identificado de maneira diferente pelas pessoas. O ex-aluno se tornou médico, engenheiro, advogado, professor, etc., sendo reconhecido pelos outros como tal e tendo as vantagens e desvantagens de sua profissão. Ou seja, ele se transformou ao longo da convivência de vários anos com um grupo de pessoas, do qual passa a fazer parte.

Uma terceira e última situação. Não mais uma campanha eleitoral nem uma escola, mas uma fábrica. Temos um trabalhador numa determinada indústria. Suponhamos que ele conheça o dono da pequena indústria em

Sociologia: estudo das relações e situações sociais

que trabalha e que tenha até uma boa amizade com ele. Em determinado momento, porém, acontece uma greve. Apesar da amizade entre o trabalhador e seu patrão, provavelmente durante a greve ambos estarão colocados em campos opostos: de um lado, o trabalhador reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho junto com seus companheiros; do outro, o patrão e os administradores da empresa afirmando que não podem mais aumentar os salários. Independentemente da amizade, patrão e empregado estarão em lados opostos no decorrer da greve.

O que há de comum nessas três situações vividas em qualquer sociedade atual? São todas situações sociais, pois só podemos entendê-las como situações coletivas, situações que só podem ser explicadas pelas relações que indivíduos ou grupos de indivíduos estabelecem entre si, mas que não podem ser compreendidas se os tomamos isoladamente. Portanto, tais situações não dizem respeito apenas à ação individual.

*Cena do filme
Braços cruzados,
máquinas
paradas, de
Roberto Gervitz e
Sérgio Segall,
no qual se analisa
o movimento grevista
dos metalúrgicos de
São Paulo de 1978.*



Na primeira situação, da eleição, a definição do representante escolhido só se dá porque o indivíduo se baseia na ação e opinião de outros para definir seu voto. Podemos entender melhor a escolha feita pelo eleitor relacionando-a às escolhas de outros eleitores, procurando saber quem influenciou sua decisão e de que maneira isso ocorreu.

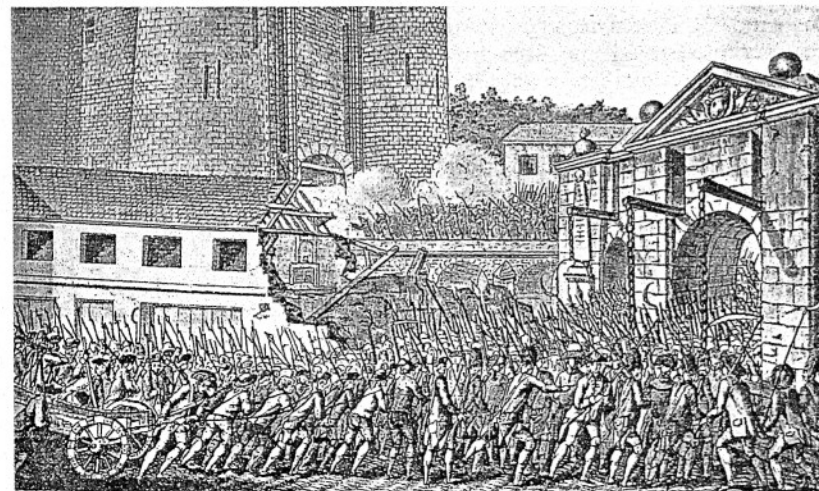
Na segunda, da universidade, é a participação num grupo maior que definirá os novos atributos do indivíduo, as novas qualidades que ele só obtém ao ser reconhecido pelo grupo. O aluno, ao passar vários anos numa escola, incorpora os valores e conhecimentos relativos a determinada profissão e, só após mostrar que adquiriu esses conhecimentos, irá tornar-se um profissional reconhecido pela sociedade.

Na terceira, da greve, as relações não se definem no relacionamento indivíduo-indivíduo, mas sim na participação dos indivíduos em grupos mais amplos, o que pode colocar em oposição pessoas que, tomadas isoladamente, estão próximas. Trabalhadores e capitalistas ocupam posi-

ções distintas na produção social e, por isso, em momentos de acirramento dos conflitos, estarão em campos opostos, independentemente do relacionamento pessoal existente.

São essas situações que interessam à sociologia. Situações cujas causas não são encontradas na natureza ou na vontade individual, mas antes devem ser procuradas na sociedade, nos grupos sociais ou nas ações sociais que as condicionam. É tentando explicar essas situações que a sociologia colocará como básico o relacionamento entre indivíduo e sociedade.

A sociologia volta-se o tempo todo para os problemas que o homem enfrenta no dia-a-dia de sua vida em sociedade. Todos os homens possuem conhecimentos práticos de como agir, como participar de instituições, de grupos, etc. Assim, todos possuem um certo *senso comum* acerca da sociedade — ou seja, uma série de conhecimentos adquiridos na prática de como agir em situações coletivas. Nesse sentido, a sociologia está próxima de nossos problemas diários. Mas, por outro lado, a sociologia não se limita a repetir os ensinamentos do senso comum. Ela pretende ser um conhecimento científico sobre a realidade social e, enquanto tal, visa estabelecer teorias, bem como confrontá-las com a realidade. Essas teorias já não são tão simples como as idéias que temos sobre a sociedade. As teorias implicam conceitos — ou seja, a representação dos objetos reais por meio de palavras que os definem e caracterizam. Assim, quando um sociólogo fala em fatos sociais não está apenas usando uma palavra no seu sentido corriqueiro, mas utilizando um conceito que designa alguns aspectos da realidade social.



A Queda da Bastilha, ocorrida em 14 de julho de 1789, representou durante muito tempo o espírito revolucionário do final do século XVIII e de todo o século XIX.

Vejamos, a seguir, como alguns pensadores construíram conceitos e teorias a partir do problema já citado das relações entre ação individual e ação coletiva.

A relação indivíduo-sociedade

Praticamente todas as teorias sociológicas, ao tratarem das situações anteriormente descritas, estarão preocupadas em explicar como ações individuais podem ser pensadas no seu relacionamento com outras ações (exemplo da eleição), ou como regras de ação coletiva são incorporadas pelos indivíduos (exemplo da escola), ou ainda como práticas coletivas definem diferentes grupos sociais (exemplo da greve). Em todas as situações citadas estará em jogo o relacionamento entre indivíduo e sociedade.

É evidente que a sociologia não tratará o indivíduo como um dado da natureza, isto é, como um ser autônomo, livre e absoluto desde o nascimento, mas o tratará como um produto social em alguma medida. A própria idéia de individualidade é historicamente constituída. Isso quer dizer que cada sociedade, em certo momento histórico, apresenta uma visão específica a respeito do problema da individualidade. Nas civilizações orientais ou nas sociedades indígenas os indivíduos são vistos como elementos indissociáveis da comunidade. Será na Europa, com o fim da sociedade feudal e a constituição da sociedade capitalista, que se desenvolverá a idéia de que os indivíduos são plenamente autônomos, não dependentes da coletividade a que pertencem. Na verdade, esse individualismo encontra suas raízes em momentos anteriores da história européia, mas é com o capitalismo, sem dúvida, que esse processo ganha destaque. Na sociedade capitalista, a existência de um mercado no qual proprietários individuais vendem suas mercadorias criará as condições para que se pense a sociedade apenas como o conjunto de interesses individuais dos agentes privados. Daí que a teoria econômica consolidará seus modelos baseando-se principalmente nas ações individuais.

A sociologia nasce no século XIX como uma reação a esse individualismo então predominante. Ela contrapõe à ação individual, na qual se baseava grande parte da teoria econômica da época, a ação coletiva e social. O homem passará a ser visto, do ponto de vista sociológico, a partir de sua inserção na sociedade e nos grupos sociais que a constituem.

Dizer, portanto, que o pensamento que estuda a relação indivíduo-sociedade é histórico significa dizer que nem sempre os homens perceberam a história da mesma maneira. Será uma sociedade determinada, a sociedade moderna ou capitalista, que levará ao surgimento do individualismo e de seu contraponto na teoria sociológica.

Assim, o *objeto* da sociologia como ciência, ou seja, aquilo que a sociologia estuda, constitui-se historicamente como o conjunto de relacionamentos que os homens estabelecem entre si na vida em sociedade — relações de cooperação, conflito, interdependência, etc. Interessa para a

sociologia, portanto, não o indivíduo isolado, mas inter-relacionado com os diferentes grupos sociais dos quais faz parte, como a escola, a família, as classes sociais, etc. Não é o "homem" enquanto ser isolado da história que interessa para o estudo da sociedade, mas "os homens" enquanto seres que vivem e fazem a história.

Tudo isso, porém, não elimina o problema da relação entre indivíduo e sociedade. Ao contrário, coloca essa relação como central. Como os homens agem em sociedade? Como as ações de indivíduos diferentes se influenciam reciprocamente? Como as pessoas obedecem a regras que são definidas pela sociedade e são exteriores a elas? Como práticas sociais definem individualidades e, ao mesmo tempo, grupos homogêneos?

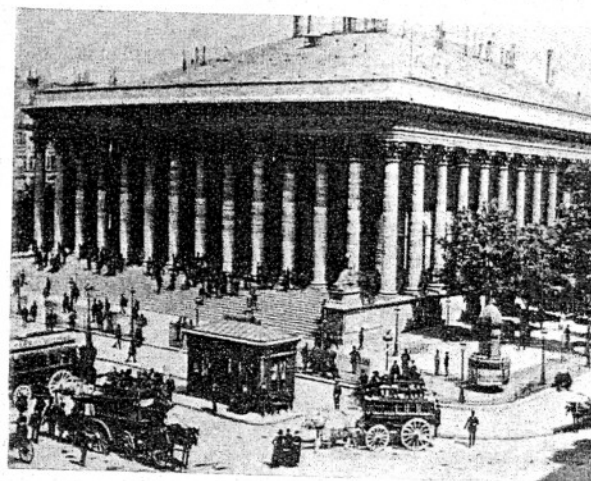
A essas perguntas os sociólogos tentam responder. O que varia de autor para autor é a ênfase dada ora à ação individual, ora à ação coletiva.

Alguns irão privilegiar o papel ativo do indivíduo na escolha das ações sociais, como no exemplo do eleitor, no qual o que interessa é a maneira como o indivíduo escolhe seu candidato baseando-se nas escolhas dos outros eleitores.

Outros privilegiarão a sociedade e suas instituições, as quais obrigam os indivíduos a incorporar regras que são exteriormente definidas e que as pessoas devem seguir, como no exemplo da escola.

Finalmente, existirão aqueles que irão dar maior importância ao conjunto das práticas que definem as próprias relações entre indivíduo e sociedade. Como no exemplo da fábrica, será a relação capital-trabalho que definirá, de um lado, trabalhadores e, do outro, capitalistas.

Mas todos estarão pensando o problema da individualidade e da ação coletiva e social.



A Bolsa de Paris em 1910. Ela pode ser analisada pelas diversas tendências aqui explanadas (Marx, Durkheim e Weber). Reprodução de foto dos irmãos Neurdein.

Os pensadores que no século passado lançaram as bases da sociologia como ciência estavam interessados nesse problema. Eles servem de bom exemplo, não só porque é a partir de suas teorias que ainda hoje se pensa a sociedade atual, mas também porque se ocupavam de estudar a realidade do indivíduo e da sociedade moderna no momento em que essa realidade estava se consolidando historicamente, colocando tanto problemas teóricos como práticos. Para isso criaram conceitos cujo objetivo era explicá-la.

Vejamos, a seguir, alguns autores e os conceitos elaborados por eles.

Durkheim e os fatos sociais

Para o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), a sociedade prevalece sobre o indivíduo. A sociedade é, para esse autor, um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento que não existem apenas nas consciências dos indivíduos, mas que são construídas *exteriormente*, isto é, fora das consciências individuais. Em outras palavras, na vida em sociedade o homem defronta com regras de conduta que não foram diretamente criadas por ele, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, devendo ser seguidas por todos. Sem essas regras, a sociedade não existiria, e é por isso que os indivíduos devem obedecer a elas.

As leis são um bom exemplo do raciocínio de Durkheim. Em toda sociedade existem leis que organizam a vida em conjunto. O indivíduo isolado não cria leis nem pode modificá-las. São as gerações de homens que vão criando e reformulando coletivamente as leis. Essas leis são transmitidas para as gerações seguintes na forma de códigos, decretos, constituições, etc. Como indivíduos isolados, temos de aceitá-las, sob pena de sofrer castigos por violá-las.

Seguindo essas idéias, Durkheim afirmará que os *fatos sociais*, ou seja, o objeto de estudo da sociologia, são justamente essas regras e normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade. Tais fatos sociais são diferentes dos fatos estudados por outras ciências por terem origem na sociedade, e não na natureza (como nas ciências naturais) ou no indivíduo (como na psicologia).

Esses fatos sociais têm duas características básicas que permitirão sua identificação na realidade: são *exteriores* e *coercitivos*.

Exteriores, porque consistem em idéias, normas ou regras de conduta que não são criadas isoladamente pelos indivíduos, mas foram criadas pela coletividade e já existem fora de nós quando nascemos.

Coercitivos, porque essas idéias, normas e regras devem ser seguidas pelos membros da sociedade. Se isso não acontece, se alguém desobedece a elas, é punido, de alguma maneira, pelo resto do grupo.

É justamente a *educação* um dos exemplos preferidos por Durkheim para mostrar o que é um fato social. O indivíduo, segundo ele, não nasce sabendo previamente as normas de conduta necessárias para a vida em

sociedade. Por isso, toda sociedade tem de educar seus membros, fazendo com que aprendam as regras necessárias à organização da vida social. As gerações adultas transmitem às crianças e aos adolescentes aquilo que aprenderam ao longo de sua vida em sociedade. Com isso, o grupo social é perpetuado, apesar da morte dos indivíduos.

O que a criança aprende na escola? Idéias, sentimentos e hábitos que ela não possui quando nasce, mas que são essenciais para a vida em sociedade. A *linguagem*, por exemplo, é aprendida, em grande medida, na escola. Ninguém nasce conhecendo a língua de seu país. É necessário um aprendizado, que começa já nos primeiros dias de vida e se prolonga no decorrer dos muitos anos na escola, para que a criança consiga se comunicar de maneira adequada com seus semelhantes. Sem o aprendizado da linguagem, a criança não poderia participar da vida em sociedade.

Outro conceito importante para Durkheim é o de *instituição*. Para ele, uma instituição é um conjunto de normas e regras de vida que se consolidam fora dos indivíduos e que as gerações transmitem umas às outras. Há ainda muitos outros exemplos de instituições: a Igreja, o Exército, a família, etc.

Assim, para Durkheim é a sociedade, como coletividade, que organiza, condiciona e controla as ações individuais. O indivíduo aprende a seguir normas e regras de ação que lhe são exteriores — ou seja, que não foram criadas por ele — e são coercitivas — limitam sua ação e prescrevem punições para quem não obedecer aos limites sociais. As instituições socializam os indivíduos, fazem com que eles assimilem as regras e normas necessárias à vida em comum.

As idéias de Durkheim acerca da sociedade também irão levá-lo a propor um certo *método* para a sociologia. O método de uma ciência consiste no conjunto de regras que o pesquisador deve seguir para realizar, de maneira correta, suas pesquisas. Como Durkheim enfatiza o caráter exterior e coercitivo dos fatos sociais, ele colocará como regra básica de seu método que o pesquisador deve analisar os fatos sociais como se eles fossem coisas, isto é, como se fossem objetos que existem independentemente de nossas idéias e vontades. Com isso, Durkheim enfatiza a posição de neutralidade e objetividade que o pesquisador deve ter em relação à sociedade: ele deve descrever a realidade social, sem deixar que suas idéias e opiniões interfiram na observação dos fatos sociais.



David Émile Durkheim
(1858-1917).

Weber e a ação social

Enquanto para Durkheim a ênfase da análise recai na sociedade, para o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) a análise estará centrada nos atores e em suas ações.

Para Weber, a sociedade não seria algo exterior e superior aos indivíduos, como em Durkheim. Para ele, a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente referidas. Por isso, Weber define como objeto da sociologia a *ação social*. O que é uma ação social? Para Weber é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Recordemos o exemplo já colocado do eleitor. Ele define seu voto orientando-se pela ação dos demais eleitores. Ou seja, temos a ação de um indivíduo, mas essa ação só é compreensível se percebemos que a escolha feita por ele tem como referência o conjunto dos demais eleitores.

Assim, Weber dirá que toda vez que se estabelecer uma relação *significativa*, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais, teremos então relações sociais. Só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações, com os demais.

Nem toda ação, desse ponto de vista, será social, mas apenas aquelas que impliquem alguma orientação significativa visando outros indivíduos. Weber dá um interessante exemplo. Imaginemos dois ciclistas que andam na mesma rodovia em sentidos opostos. O simples choque entre eles não é uma ação social. Mas a tentativa de se desviarem um do outro já pode ser considerada uma ação social, uma vez que o ato de desviar-se para um lado já indica para o outro a intenção de evitar o choque, esperando uma ação semelhante como resposta. Estabelece-se, assim, uma relação significativa entre ambos.

A partir dessa definição, Weber afirmará que podemos pensar em diferentes tipos de ação social, agrupando-as de acordo com o modo pelo qual os indivíduos orientam suas ações. Assim, ele estabelece quatro tipos de ação social:

1. Ação tradicional: aquela determinada por um costume ou um hábito arraigado.
2. Ação afetiva: aquela determinada por afetos ou estados sentimentais.
3. Racional com relação a valores: determinada pela crença consciente num valor considerado importante, independentemente do êxito desse valor na realidade.
4. Racional com relação a fins: determinada pelo cálculo racional que coloca fins e organiza os meios necessários.

Vejamos, com um exemplo, como essas diferentes categorias podem ajudar a compreender melhor as ações sociais.

Pensemos agora num consumidor que vai comprar um par de tênis numa loja. Sua ação é uma ação social, pois o ato de comprar alguma coisa é significativo. O indivíduo escolhe o objeto que irá comprar orientando-se pela ação de outros consumidores. O problema é como o consumidor orienta sua ação na compra do tênis.

Ele pode comprar o modelo de que mais goste, ou seja, aquele que, emocionalmente, é levado a escolher. Nesse caso, temos uma ação afetiva.

Sua escolha, porém, pode ser de outra natureza. Ele pode adquirir o tênis que tradicionalmente compra, que todos na sua família também estão acostumados a comprar. Então sua ação será tradicional.

Numa terceira possibilidade, ele pode comprar o tênis pelo valor que ele atribui a determinada marca. Aqui, ele toma a marca do tênis como o valor, independentemente de especulações acerca da utilidade ou do preço do artigo. Sua ação será, aqui, racional com relação a valores: a marca é vista como um valor absoluto que orienta sua ação.

E, finalmente, poderá comprar o tênis que estiver mais de acordo com o fim proposto. Se ele vai jogar vôlei, procurará o tênis mais adequado para esse esporte, considerando também o preço mais acessível. Aqui ele estará agindo racionalmente com respeito a fins.

A partir do exemplo, percebemos que a idéia de Weber é que as ações sociais poderão ser mais bem compreendidas a partir dos tipos de ação social criados por ele. E embora na realidade muitas vezes sejamos levados a escolher movidos por interesses que remetem a vários desses tipos, no geral poderemos definir qual a forma de orientação acaba sendo determinante. No caso do comprador de tênis, ele tanto pode ser levado a escolher uma marca pelo seu valor em si quanto pelo apelo emocional que a marca tem. Devem-se, pois, pensar as ações sociais como podendo ser enquadradas em um só tipo, ou na combinação de vários tipos.

Tanto na conceituação da ação social como na definição de seus diferentes tipos, podemos perceber que Weber não analisa as regras e normas sociais como exteriores aos indivíduos. Pelo contrário, as normas e regras sociais são o resultado do conjunto de ações individuais, sendo que



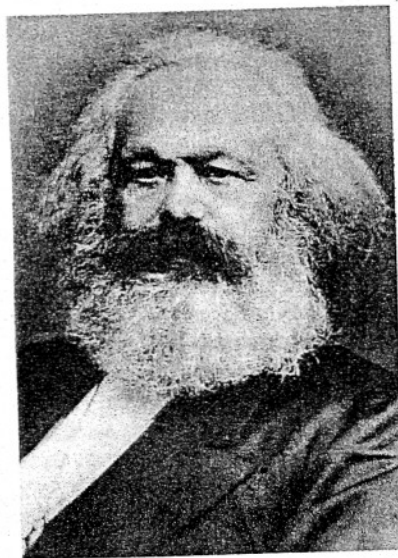
Max Weber (1864-1920).

os agentes escolhem, o tempo todo, diferentes formas de conduta. As idéias coletivas, como o Estado, o mercado econômico, as religiões, só existem porque muitos indivíduos orientam reciprocamente suas ações num determinado sentido. Estabelecem, dessa forma, relações sociais que têm de ser mantidas continuamente pelas ações individuais.

Conseqüentemente, a concepção de método em Weber também será diferente da de Durkheim. Weber enfatiza o papel ativo do pesquisador em face da sociedade. Os tipos de ação social propostos por Weber, por exemplo, são construções teóricas que servem para tornar compreensíveis certas ações dos agentes sociais. Outros pesquisadores podem construir tipos diferentes para explicar formas de ações sociais que não possam ser compreendidas pelos tipos propostos por Weber. As construções teóricas de cada cientista dependem, assim, de escolhas pessoais que devem ser feitas visando aos aspectos da realidade que se quer explicar. Desse ponto de vista, portanto, não é possível uma neutralidade total do cientista em relação à sociedade.

Marx e as classes sociais

O pensador alemão Karl Marx (1818-1883) também contribuiu para a discussão da relação entre indivíduo e sociedade. Diferentemente de Durkheim e Weber, considerava que não se pode pensar a relação indivíduo-sociedade separadamente das condições materiais em que essas relações se apóiam. Para ele, as condições materiais de toda a sociedade condicionam as demais relações sociais. Em outras palavras, para viver, os homens têm de, inicialmente, transformar a natureza, ou seja, comer, construir abrigos, utensílios, etc., sem o que não poderiam existir como seres vivos. Por isso, o estudo de qualquer sociedade deveria partir justamente das relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção e transformar a natureza. Essas *relações sociais de produção* são a base que condiciona todo o resto da sociedade. Para Marx, portanto, a produção é a raiz de toda a estrutura social. Na sociedade antiga, por exemplo, a relação social básica era a relação senhor-escravo. Não po-



Karl Heinrich Marx (1818-1883).

demos, segundo Marx, entender a política ou a cultura dessa época sem primeiramente estudar essa relação básica que condicionava todo o resto da sociedade.

Mas o objetivo maior de Marx não era elaborar uma teoria geral sobre a sociedade, e sim estudar a sociedade de seu tempo — a sociedade capitalista. Segundo Marx, na sociedade capitalista as relações sociais de produção definem dois grandes grupos dentro da sociedade: de um lado, os *capitalistas*, que são aquelas pessoas que possuem os meios de produção (máquinas, ferramentas, capital, etc.) necessários para transformar a natureza e produzir mercadorias; do outro, os trabalhadores, também chamados, no seu conjunto, de *proletariado*, aqueles que nada possuem, a não ser o seu corpo e a sua disposição para trabalhar. A produção na sociedade capitalista só se realiza porque capitalistas e trabalhadores entram em relação. O capitalista paga ao trabalhador um salário para que trabalhe para ele e, no final da produção, fica com o lucro (nos próximos capítulos será discutido o conceito de mais-valia). Esse tipo de relação entre capitalista e trabalhadores leva à exploração do trabalhador pelo capitalista. Por isso, Marx considerava que havia um permanente conflito entre essas duas classes — conflito que não é possível resolver dentro da sociedade capitalista.

Assim, o conceito de *classe* em Marx estabelece um grupo de indivíduos que ocupam uma mesma posição nas relações de produção, em determinada sociedade. A classe a que pertencemos é que condiciona, de maneira decisiva, nossa atuação social. Lembremos nosso exemplo de greve: patrão e empregado eram amigos, mas no momento em que ocorre a greve, quando o conflito entre as classes se torna evidente, eles ficam em lados opostos, pois pertencem a classes diferentes e têm interesses diferentes. Nesse sentido, é principalmente a situação de classe que condiciona a existência do indivíduo e sua relação com o resto da sociedade. Podemos compartilhar idéias e comportamentos de indivíduos de outras classes, mas nos momentos de conflito, como nas greves, as diferenças irão aparecer de acordo com a classe a que pertencemos.

Em termos de método, Marx enfatiza que o pesquisador não deve se restringir à descrição da realidade social, mas deve também se ater à análise de como essa realidade se produz e se reproduz ao longo da história. Por exemplo, em relação às classes na sociedade capitalista não basta a descrição das duas classes sociais existentes — a capitalista e a dos trabalhadores —, mas é preciso mostrar a maneira como essas classes surgiram na história, como o conflito entre elas se mantém e quais as possibilidades de transformação dessas relações de classe no futuro. Mostrando as possibilidades de transformação da realidade social, o cientista social pode desempenhar um papel político revolucionário, ao tomar partido da classe trabalhadora. Por isso, em Marx, a ciência tem um papel político necessariamente crítico em relação à sociedade capitalista, devendo ser um instrumento não só de compreensão, mas também de transformação da realidade.

Através da exposição rápida dos conceitos desses três autores, podemos perceber que eles estavam tentando compreender a sociedade de sua época, e para isso elaboraram e utilizaram conceitos como os de *fato social*, *ação social* e *classe social*. De alguma maneira todos estavam interessados em pensar a relação entre indivíduo e sociedade no mundo moderno. As explicações a que chegaram, porém, são bastante diferentes, dependendo do que é estabelecido como central: se o indivíduo, se a sociedade ou se a relação entre ambos.

Essas divergências entre as explicações indicam justamente a complexidade dos problemas colocados pelas novas condições de vida do mundo moderno e as diferentes possibilidades de interpretação dessas novas condições. Até hoje a sociologia trabalha a partir dos conceitos elaborados anteriormente, assim como com muitos outros conceitos e teorias posteriores. O debate entre as diferentes teorias, portanto, é característico do pensamento sociológico. Sem esse debate, nossa compreensão da sociedade seria mais limitada.

A partir dos conceitos sociológicos vistos anteriormente, podemos abordar de uma nova maneira as situações e os problemas da vida cotidiana. Trabalhando com esses conceitos, não mais estaremos no campo do senso comum, mas no da ciência.

Texto para discussão

Texto I — Sobre como tratar os fatos sociais

Os fatos sociais devem ser tratados como coisas — eis a proposição fundamental de nosso método, e a que mais tem provocado contradições. [...] Com efeito, não afirmamos que os fatos sociais sejam coisas materiais, e sim que constituem coisas ao mesmo título que as coisas materiais, embora de maneira diferente.

Com efeito, que é coisa? A coisa se opõe à idéia, como se opõe entre si tudo o que conhecemos a partir do exterior e tudo o que conhecemos a partir do interior. É coisa todo objeto de conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender, senão sob a condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imedia-

tamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos. Tratar fatos de uma certa ordem como coisas não é, pois, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar, com relação a eles, certa atitude mental. Seu estudo deve ser abordado a partir do princípio de que se ignora completamente o que são, e de que suas propriedades características, assim como as causas desconhecidas de que estas dependem, não podem ser descobertas nem mesmo pela mais atenta das introspecções.

(DURKHEIM, É. 'Fatos sociais: o estudo das representações coletivas'. In: FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 1977. p. 23.)

Questão:

Por que Durkheim afirma que os fatos sociais devem ser tratados como coisas? Relacione essa definição com o caráter exterior e coercitivo que, segundo ele, caracteriza os fatos sociais.

Texto II — Sobre a definição de ação social

A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pela ação de outros, que podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras (vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Os "outros" podem ser individualizados e conhecidos ou então uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos (o "dinheiro", por exemplo, significa um bem — de troca — que o agente admite no comércio porque sua ação está orientada pela expectativa de que os outros muitos, embora indeterminados e desconhecidos, estarão dispostos também a aceitá-lo, por sua vez, numa troca futura).

[...] Nem toda espécie de contato entre os homens é de caráter social; mas somente uma ação, com sentido próprio, dirigida para a ação de outros. O choque de dois ciclistas, por exemplo, é um simples evento como um fenômeno natural. Por outro lado, haveria ação social na tentativa dos ciclistas se desviarem, ou na briga ou consideração amistosa subsequentes ao choque.

(WEBER, M. 'Ação social e relação social'. In: FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. S. Op. cit. p. 139.)

Questão:

Como Weber define a ação social? Quais as diferenças entre a definição de ação social, de Weber, e a de fato social, de Durkheim? Comente.

Texto III — Sobre a concepção marxista da sociedade

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez.

(MARX, K. 'Para a crítica da economia política'. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978. Col. Os Pensadores, p. 129.)

Questão:

Segundo Marx, qual o papel da estrutura econômica na transformação da sociedade?